

## Desmobilização das tropas

# Governo e Renamo reafirmam que vão cumprir o calendário

O Governo e a Renamo reafirmaram ontem, em Maputo, o seu cometimento em cumprir o calendário da desmobilização das suas tropas. Enquanto o movimento de Afonso Dhlakama diz que vai concluir o processo até próxima semana, o Executivo moçambicano afirma que tem capacidade de desmobilizar os seus homens até 15 de Agosto, data-limite para o término da operação.

De acordo com dados da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), o Governo desmobilizou na última quarta-feira mais de 200 militares, elevando-se para 25 172 os soldados governamentais que passaram à vida civil. O Executivo moçambicano ainda tem por desmobilizar vinte e quatro mil homens até ao dia 15 de Agosto, data-limite para o término do processo da desmobilização e o encerramento dos centros de acantonamento abertos pela ONUMOZ no âmbito do Acordo Geral de Paz.

O Brigadeiro Aleixo Malunga, chefe da delegação governamental na Comissão de Cessar-Fogo (CCF), disse ontem ao "Notícias" que o Executivo moçambicano tem capacidade de cumprir com a desmobilização dos seus efectivos até 15 de Agosto próximo. "A desmobilização das tropas está num ritmo avançado" — garantiu Aleixo Malunga, acrescentando que a sessão de ontem da Comissão de Cessar-Fogo apreciou igualmente o processo de acantonamento dos militares, incluindo a onda de sublevações de tropas do Governo e da Renamo por quase todo o país.

Quanto à última questão, aquele oficial superior das Forças Armadas de Moçambique (FAM) corroborou com a ideia de que os motins de ambos os exércitos resulta da falta de esclarecimento sobre o futuro que lhes espera na vida civil ou quando forem seleccionados para integrarem as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). A última sessão da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) deliberou a constituição de brigadas técnicas que trabalharão nos centros de acantonamento para explicar aos soldados as possibilidades e vantagens que poderão ter quando passarem à vida civil ou quando forem integrados no futuro Exército único e apartidário.

Sobre os dados referentes à parte da Renamo, a Operação das Nações Unidas em Moçambique indica que o movimento de Afonso Dhlakama desmobilizou 58 homens na quarta-feira passada. Desde o início do processo, a Renamo desmobilizou 7 340 militares. No dizer do Major-General Hermínio Morais, representante do movimento armado na Comissão de Cessar-Fogo, com esta cifra a Renamo já atingiu 96 por cento da desmobilização das suas forças, faltando quatro por cento por desmobilizar.

"A Renamo vai concluir com o processo de desmobilização das suas tropas até próxima semana" — garantiu o Major-General Hermínio Morais.

Conforme dados da Unidade Técnica

da Operação das Nações Unidas em Moçambique, a Renamo só poderá desmobilizar perto de 300 homens se quiser honrar o seu compromisso de enviar quinze mil militares para o Exército unificado. A Renamo declarou às Nações Unidas, segundo a mesma fonte, possuir 22 637 soldados, dos quais 15 mil integrarão as novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e os restantes desmobilizados.

O movimento dos militares que abandonaram os centros de acantonamento para integrarem as Forças Armadas de Defesa de Moçambique conheceu um significativo aumento na quarta-feira. 204 soldados do Governo e 214 da Renamo apresentaram-se nos centros de treino. Até agora, 5 593 militares (3 054 do Governo e 2 539 da Renamo) integraram

as Forças Armadas de Defesa de Moçambique que serão constituídas por um efectivo de trinta mil homens.

Entretanto, o acantonamento das forças continua, apesar do prazo oficial ter terminado no passado dia 8 de Julho. Na quarta-feira, segundo as Nações Unidas, apresentaram-se mais 12 militares da Renamo.

Até agora a Renamo acantonou 17 526 homens, tendo ainda por acantonar mais de 445 militares para atingir os 17 972, número fornecido à Operação das Nações Unidas em Moçambique. Por seu turno, o Governo acantonou 43 534 militares, 96 por cento dos 45 554 soldados que tem de acantonar.

O registo dos militares nos postos fixos (unidades que por diferentes razões não podem ser movimentados) está praticamente concluído. A Operação das Nações Unidas em Moçambique registou 18 833, dos 18 912 militares do Executivo por registar nesses postos. Do lado do movimento de Afonso Dhlakama foram registados 99 por cento dos 4 636 militares programados.